



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2022

ATA Nº 8/2022

- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, teve lugar a quarta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, a qual decorreu no Edifício da Junta de Freguesia de Mafamude. Sita, na Rua Soares dos Reis, nº 1154, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Célia Pereira e como 2ª Secretária Luciana da Costa Reis.

- **Estiveram presentes**, para além dos mencionados, os seguintes deputados de assembleia de Freguesia: Miguel Lemos Rodrigues, Joana Cristina Corte Ferreira, Maria Rosalina Santos, Carla da Silva Machado, Bruno Pimentel, Diogo Silva, do PS, João Espinhaço do PSD, Paula Valentim e Eduardo Roque do BE, André Araújo Ferreira da CDU, Paulo Pinho do CDS, Alexandre Vila-Real do CHEGA, Mariana Teixeira do PAN.

- **Do Executivo estiveram presentes** a Presidente Alexandra Mónica Soares Amaro, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Daniela Pereira Vieira, José Carlos Soares, Carina Vieira, Helder Costa e José Manuel da Silva Ferreira.

- **Foram pedidas as substituições**, pelos respetivos líderes na Assembleia de Freguesia de Ricardo Campos (PS), Veneranda Barbosa (PSD), Francisco Nascimento (PSD) e Andreia Castelo (PSD) por, respetivamente, José Luís Aires (PS), Pedro Carvalho Esteves (PSD), Rui Pedro Trindade (PSD) e Ana Daniela Oliveira (PSD)

1-Período de intervenção aberto ao público

- No período de intervenção aberto ao público não houve inscrições.

2 – Leitura, discussão e votação das atas

- Votação da ata nº 1/2022

- Votação do ponto – Aprovado por unanimidade

- Votação da ata nº 2/2022

- Votação do ponto – Aprovado por unanimidade

- Votação da ata nº 3/2022

- Votação do ponto – Aprovado por unanimidade

3 – Período antes da Ordem do Dia

- Intervenção do Sr. André Araújo (CDU), apresenta uma Moção Em defesa da Cultura (doc.3) manifestando solidariedade à “Artistas de Gaia – Cooperativa Cultural” e à “ Relevo Residual – Associação de artes performativas” que não foram contempladas com apoios dos Programas de Apoio da DGArtes. Relativamente ao Plano do Governo das botijas de gás, André Araújo (CDU) declara que o processo é muito burocrático. De acordo com a ANAFRE, os cidadãos devem dirigir-se a uma Junta de Freguesia para obter o apoio na aquisição de Gás. A questão é um problema que acaba por cair na Junta de Freguesia. Entende a CDU que a Junta de Freguesia possa não conseguir pagar o valor aos cidadãos antes de receber do protocolo celebrado pela ANAFRE a 19 de outubro.

- A Sra. Presidente do executivo cumprimentou todos os presentes e respondeu de imediato, esclarecendo que a ANAFRE não questionou as Juntas de Freguesia sobre este tema. Só tiveram conhecimento quando saiu o diploma. Os beneficiários desta tarifa de gás são os beneficiários da tarifa social, que devem fazer a submissão do pedido numa plataforma específica para o efeito. A Junta de Freguesia disponibilizou uma funcionária para obter formação para a correta utilização da plataforma. Declara que os cento e cinquenta pedidos submetidos e validados os mesmos foram pagos até este momento. A ANAFRE, todas as quintas-feiras, transfere para a Junta de Freguesia a verba e seguidamente é paga aos utentes que têm direito.

- A Sra. Mariana Teixeira (PAN) apresenta uma recomendação para apoiar os fregueses a poupar nas faturas da energia (doc.4) e um Voto de Saudação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos (dos.5).

- O representante do BE, o Sr. Eduardo Roque, apresenta uma moção – A Habitação é um Direito (doc. 6).

- A Sra. Paula Militão (BE) apresentou um Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) (doc. 7). No decurso da sua intervenção questionou ainda o executivo sobre qual era a previsão do pagamento das senhas de presenças das assembleias de freguesia, uma vez que esta é a oitava sessão do presente mandato autárquico e ainda não tinha sido pago qualquer senha.

- A Sra. Presidente respondeu que na primeira quinzena de janeiro irão efetuar esse pagamento.

- O Sr. Presidente da Assembleia suspendeu os trabalhos às 21h40 para que os grupos parlamentares pudessem refletir sobre os documentos apresentados.

Iniciaram-se os trabalhos às 21h50 seguindo-se as votações





Ponto 3 – Moção em Defesa da Cultura

Votação – Aprovado por maioria com os votos a favor do PSD (4), BE (2), CDU (1), CDS (1), CHEGA (1), PAN (1) e com os votos de abstenção do PS (11)

Ponto 3 – Recomendação para apoiar os fregueses a poupar nas faturas da energia

Votação – Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (11), BE (2), CHEGA (1), PAN (1) e com os votos contra do PSD (4), CDU (1) e CDS (1)

Ponto 3 – Saudação do Dia Internacional dos Direitos Humanos

Votação – unanimidade

Ponto 3 – Moção A Habitação é um Direito

Votação – Rejeitada por maioria com os votos contra do PS (11), PSD (4), CDS (1), CHEGA (1), com a abstenção do PAN (1) e com os votos a favor BE (2) e CDU (1)

Ponto 3 – Saudação pelo Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres

Votação – unanimidade

- Pedro Esteves (PSD) fez uma declaração de voto relativa à recomendação do PAN sugerindo um protocolo com entidades para efetuarem esse serviço. Relativamente sobre a moção do BE diz que é preciso verificar as competências da Junta de Freguesia e diz que o modelo é ótimo mas a forma como foi colocada a questão não é a melhor.

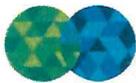
4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação do Relatório Anual da Provedora do Cidadão

- A Sra. Presidente do executivo expõe que as queixas são na maioria para entidades externas à Junta de Freguesia.

- João Espinhaço (PSD) declara que a figura já vinha a ser defendida em 2017 pelo PSD. Questiona o número de queixas, 19 queixas em 2022, uma vez que é muito pouco relativamente ao número de fregueses da União de Freguesias. Pensa que a figura do Provedor não é conhecida e pergunta qual a estratégia de divulgação do Provedor nas redes sociais. Diz, também, que o formulário não é simples e apenas existe online.

- A Sra. Presidente do executivo responde que todas as pessoas presentes na assembleia conhecem a provedora do Cidadão. Relativamente ao formulário existente no site é muito fácil e intuitivo. Esclarece que os fregueses se assim o pretenderem podem dirigir-se à Junta e preencher o formulário e enviar para a Sra. Provedora.



- A Sra. Provedora agradece a questão levantada por PSD e declara que o número de reclamações tem subido muito pouco e acha que devem ser colocados inputs no formulário para facilitar o preenchimento, no entanto a grande parte da comunicação é através do email. Assegura que as reclamações que chegam em emails sem ser através do formulário são recebidas e tratadas.

Relativamente ao reforço da divulgação da Provedoria esclarece que esse tem existido através da palavra a palavra. As reclamações têm tido o pico nos primeiros meses logo após a tomada de posse.

4.2 – Apresentação, discussão e votação do Plano de atividades Plurianual e Orçamento para o ano de 2023

- A Sra. Presidente afirma que este é o maior Plano e Orçamento do ciclo autárquico, que foi elaborado em conjunto com a Câmara Municipal, uma vez que é um Plano muito focado para a ação social após a pandemia e com a inflação em virtude da guerra que ainda não sabemos quando terminará, será a área a ter mais atenção. Afirmou ser a taxa de execução, muito significativa variando entre os 70% e os 90%.

- André Araújo (CDU) afirma que está de acordo relativamente à área da ação social porque também é uma preocupação da CDU. Aborda vários assuntos nomeadamente a transferência de competências, nomeadamente sobre o processo de descentralização.

- A Sra. Presidente do executivo diz que devido à questão pandémica há muitas realizações que ainda não foram feitas e que querem retomar. Relativamente ao apoio ao arrendamento diz que têm parceiros sociais e que os trabalhos em rede chegam a cerca de 2000/3000 pessoas. Quanto ao Natal Solidário ainda não consegue precisar o número final, uma vez que a ação ainda está a decorrer. Quanto à rede viária e após as intempéries registadas foi enviado para o Município um dossier com a listas das requalificações necessárias. Por fim, relativo ao autocarro 903 diz que esse assunto já não está nas mãos da Junta de Freguesia.

- João Espinhaço (PSD) pede esclarecimentos do Orçamento nomeadamente nas receitas correntes a ocupação, quais os protocolos q que se refere a rubrica 06.15.01.99, cemitérios nova rubrica 07.02.09.05.03, 07.02.09.99, pareceres outros 02.02.14, representação dos serviços 02.02.11, programas ocupacionais 04.08.02.01, as despesas de capital 07.01.04.13 e sobre o empréstimo.

- A Sra. Presidente do executivo respondeu às questões colocadas referindo que a ocupação nas receitas é o espaço cedido às roulettes de faturas e barraquinhas nas festas, os protocolos são os estabelecidos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, cemitério a nova rubrica é a reparação de passeios e arruamentos, a representação dos serviços tem a ver com os tempos inteiros e os meios tempos. Esclarece que o tempo inteiro da Presidente da Junta

metade é pago pela DGAL. Outros pareceres é o projeto das Capelas Mortuárias de Vilar do Paraíso, os programas ocupacionais são os contratos de inserção do IEFP, as despesas de capital é a soma de todos os equipamentos de material informático, em virtude da alteração do software e hardware. Em relação ao empréstimo não fazia sentido trazer agora porque não iria corresponder à taxa apresentada para a taxa a realizar em 2023.

- Miguel Lemos (PS) diz que o que interessa são as ideias, os contributos. Realça quatro fatores fundamentais, a ambição, uma vez que é o maior neste ciclo político num momento de crise na Europa, taxa de juros e a perda de poder de compra, a coesão, a coesão que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para a passagem do TGV. A Câmara Municipal confia e delega nas Juntas de Freguesias para a realização e execução de obras, a solidariedade, a Junta de Freguesia está na linha da frente para ajudar a população respondendo aos desafios e por último o rigor, em que as receitas correntes ultrapassam as despesas correntes. Contas certas e boa gestão. Diz, também, que o PS fica satisfeito pelo executivo ter apresentado um documento que compatibiliza ambição, coesão, solidariedade e rigor.

- André Araújo (CDU) questiona sobre os 36.000.00 no âmbito do CMES, qual será a resposta a esta questão, para as necessidades que a Junta de Freguesia sabe existirem na ação social este valor é suficiente?

- A Sra. Presidente do executivo responde que o valor não é suficiente para o número de pedidos e reforça que existe o trabalho em rede e que cada entidade tem a sua especificidade. Existe um plafon atribuído a cada agregado e que se não tiverem os requisitos necessários vão tendo ajudas esporádicas.

Votação – Aprovado por maioria com os votos a favor do PS (11), PAN (1), com a abstenção do PSD (4), BE (2), CDU (1), CDS (1) e com o voto contra do CHEGA (1)

- Mariana Teixeira (PAN) fez uma declaração de voto (doc. 8)

4.3 – Apreciação da Informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia ao abrigo da alínea e) do nº 2 artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

- Não existiram inscrições para este ponto.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas 23h12 horas, do dia 22 de dezembro de 2022. Da qual se lavou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, Célia Pereira, primeira secretária da presente reunião, a elaborei e subscrevo.

